



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – COMAM**

ATA 03/2026

REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte seis dias do mês de março de dois mil e vinte e seis, às quatorze horas, por meio da plataforma Google Meet, , realizou-se Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Meio Ambiente – COMAM – do Município de Porto Alegre, presidida por **GABRIELA MARTINS BRASIL**, e contando com a presença dos (as) seguintes conselheiros (as):

REPRESENTANTES:

Gabriela Martins Brasil (Vice-Presidente) e Lucas Paim (Titular), **SMAMUS**;

Karina Ratch (Titular), **GP**;

Tiago Fazolo (Titular), **SMS**;

Arceu Bandeira Rodrigues (Titular), **DMLU**;

Brunna de Souza Bami (Titular), **Gabiente da Causa Animal – SMGG**;

Adelar Rogério de Lima Marques (Titular), **SMP**;

Taianny Bagesteiro de Souza (Suplente), **Secretaria Geral**;

Roger Khalil Lovato (Titular), **SMGOV**;

Angélica Ritter (Suplente), **SEMA**;

Osmar Tomaz de Souza (Titular), **PUC-RS**;

Marcelo Olivera Caetano (Suplente), **UNISINOS**;

Marília Longo do Nascimento, **OAB-RS**;

Lisiane Becker (Titular), **CRBIO-3**;

Dulphe Pinheiro Machado Neto (Titular), **SENGE-RS**;

Deloci Leseux Costa dos Santos (Titular), **CRBIO-3**.

SECRETARIA EXECUTIVA:

Bárbara Coelho, **SMAMUS**; e Patrícia Costa (Taquígrafa).

DEMAIS PRESENTES:

Camila Rodrigues, **Diretoria de Licenciamento Ambiental da SMAMUS**.

PAUTA:

1. Abertura, comunicações e questões de ordem;

2. Aprovação da Ata 002/2026, da reunião de 26/02/2026;

3. Comitê - Prorrogação do prazo para apresentação da minuta de Regimento interno do COMAM para o mês de abril;



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – COMAM**

4. Apresentação do Projeto de Mobilidade Urbana na Av. Osvaldo Aranha pela Secretaria SMMU e SMOI;

5. Assuntos Gerais.

RELATO:

1. ABERTURA, COMUNICAÇÕES E QUESTÕES DE ORDEM;

Gabriela Martins Brasil (Vice Presidente), SMAMUS: Boa tarde, conselheiros e conselheiras, e convidados de hoje, que estão nos acompanhando aqui no COMAM. Então, eu declaro oficialmente aberta a nossa reunião 03/2026. Questiono: todos estão nos escutando? Façam um sinalzinho assim. O som está bom? Então, está ótimo. Pessoal, muito boa tarde. Eu, de imediato, já abro a palavra, vou pedir para nossa Secretária Executiva que nos acompanha, abrir no chat o período de comunicações e questiono aos conselheiros presentes quem gostaria de fazer o uso desse período, que trata do momento de fala dos conselheiros de assuntos livres por 3 minutos. Nós vamos acompanhar aqui no chat se algum conselheiro tiver interesse em fazer o uso da palavra.

2. APROVAÇÃO DA ATA 002/2026, DA REUNIÃO DE 26/02/2026;

Em não havendo, passamos ao nosso item 3. Prezados, nós temos uma ata para aprovar que foi encaminhada com a convocação, a Ata 02/2026, que se trata da reunião realizada no dia 26 de fevereiro. Questiono também, como é nosso costume, se algum conselheiro tem alguma correção a fazer, algum pedido de inserção, se algum conselheiro é contrário, se algum conselheiro quer se abster? E, no silêncio, eu gostaria que os conselheiros, se ficarem em silêncio, declarassem então que são favoráveis à aprovação da Ata 02/2026. A gente aguarda aqui no chat se alguém quiser fazer algum tipo de comentário, então, a respeito do item de pauta 3.1, que trata da aprovação da Ata 02. Algum conselheiro tem alguma consideração? Agradeço, então, e declaro **APROVADA A ATA 02/2026**. Eu gosto sempre de lembrar, conselheiros, que a ata, ela é a cópia fiel de tudo aquilo que é falado na reunião e que fica disponível no site, no nosso canal da SMAMUS. Então, a ata nada mais é do que aquela transcrição da reunião, se alguém tiver alguma dúvida, pode assistir ali, de posse também do documento. Bárbara, nenhuma inscrição no chat, né? Tá. A gente está cuidando aqui junto. Pessoal, eu também gostaria de colocar em pauta, antes de passar a palavra para o nosso ponto alto da reunião de hoje, que é a apresentação pela Secretaria de Mobilidade, pela Secretaria de Obras, eu gostaria de colocar em pauta e também, de uma certa forma, explicar para vocês e



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – COMAM**

também dar uma notícia, tudo junto. Como vocês sabem, o COMAM em janeiro deste ano, ele obteve uma composição nova, que veio de um processo de eleições e o nosso COMAM então, os membros do COMAM tomaram posse no dia 22 de janeiro. É uma atividade, uma tarefa da nova composição, revisar/elaborar regimento interno. Então, todas as vezes em que a gente tem uma nova composição, os membros têm a tarefa de revisar ou de propor um novo regimento. E nós estamos fazendo isso. Na própria reunião de janeiro, que foi presencial, nós formamos um comitê, então, que é composto pelo Senge, pela OAB, pela SMGG e também aqui pela SMAMUS. Esse comitê já se reuniu 3 vezes, mas nós estamos pedindo aqui para a plenária e submetendo à votação da plenária, estamos pedindo uma prorrogação de prazo para a apresentação dessa minuta. E aí eu gostaria de trazer para a plenária, de saber se algum conselheiro se opõe a nós prorrogarmos esse prazo, que seria março, por não termos conseguido efetivamente terminar, para abril. Então, fica aqui o nosso pedido se algum conselheiro tiver qualquer tipo de consideração contrária, também peço que disponibilize ali, que coloque no chat. E aí, trazendo a notícia também que vem, bem ao encontro da pauta. Alguns já são sabedores dessa notícia, outros ainda não. Então, oficialmente, eu queria comunicar que a doutora Ângela Molin, muitos conhecem, ela está retornando para o quadro aqui de servidores da SMAMUS. A Ângela, ela foi vice-presidente do COMAM por muito tempo e agora no seu retorno e na nossa organização interna, a Ângela retorna, então, à vice-presidência do COMAM e eu deixo o cargo para ela, saio e a Ângela fica aqui no COMAM. Então, também é um motivo pelo qual a gente pede essa prorrogação de prazo, porque com o retorno da Ângela vai ser bem importante, até pela expertise que ela tem, ela participar desse contexto todo, dessa revisão, junto ao comitê formado. Então, fica aqui o nosso pedido. Em não havendo, passo a palavra, então, à Conselheira Lisiane, que pediu para fazer o uso da palavra ainda no período de comunicações. Por 3 minutos, conselheira. **Lisiane Becker (Titular), CRBio-03:** Boa tarde a todos. Realmente ficou bem complicado quem tem que estar online, porque estamos todos nós, dá tempo de entrar no chat e escrever e, ao mesmo tempo, estar te ouvindo. O tempo está muito limitado. Então, acho que a gente tem que esperar um pouquinho mais para a votação também, está muito rápido. E, lamentavelmente, na segunda, quando eu ia me inscrever pela segunda vez e não pela terceira, deu uma falha aqui de energia e caiu, um probleminha no celular. Mas, às vezes, é o probleminha na frente, não é o que tem que ir na gravação. Às vezes, é a gente que está na frente do celular. Mas,



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – COMAM**

assim, eu gostaria só de destacar na questão dos informes, é a falta de informes em relação ao que a gente tem questionado dentro do próprio conselho. Então, eu tenho reparado, tenho revisto, a gente tem que fazer relatórios sobre isso, sobre a participação, eu tenho visto que vários dos meus questionamentos, se não todos, não têm tido retorno ou, então, tem um retorno muito sumário na hora que eu pergunto. Então, eu estou pensando em fazer uma lista desses questionamentos e encaminhar, porque ficaram de fazer apresentações na plenária. E nós temos assuntos, mas muito polêmicos na cidade, ligados ao meio ambiente e não estão sendo trazidos para dentro do conselho, né? Estão à margem. Então, fica a sociedade toda como um todo vendo inerte as coisas acontecendo ou vai discutir na Câmara, porque é que no Conselho de Meio Ambiente esses assuntos não são trazidos? Ou quando são, já está em cima da hora, não tem mais muito o que fazer. Então, fica a minha solicitação de antecipar esses assuntos que já estão na mídia. Muitos deles estão bombando, como se diz, na mídia, e outros que eu já trouxe há 1, 2 anos atrás e que permanecem em avaliação, não sei o que acontece. Então, estou pensando em fazer uma lista e encaminhar, então. Eu conheço a Ângela também. E eu fico, então, no aguardo, porque não dá para continuar a gente vindo no conselho, discutindo simplesmente as pautas que são trazidas pelo Executivo, né? Nós precisamos, sim, atender as demandas dos demais conselheiros. Então, só fica esse informe do desinforme, certo? Ah, porque eu tenho repetido até à exaustão vários assuntos e eles não estão tendo o tratamento, nenhuma resposta, nem que sim, nem que não. Então, não dá para continuar assim, está bom? Obrigada. **Gabriela Martins Brasil (Vice Presidente), SMAMUS:** Obrigada, Conselheira Lisiane. E a respeito do seu comentário, assim, as notícias são boas. Muito se fala, né, em sempre melhorar, em sempre tentar aprimorar. E o comitê tem discutido muito essa questão de, com muita ênfase, retomar as câmaras técnicas, por exemplo, que são grupos que vão trabalhar também esses assuntos dentro dessa velocidade da mídia que a senhora comenta, e eu entendo o que a senhora quer dizer. Então, também por isso vem essa questão muito importante da revisão do regimento e da elaboração de uma minuta, que vai ser apresentada para vocês, e a gente tentar pensar, então, se, de repente, esse mecanismo que a gente possui hoje não está sendo tão efetivo, de tentar melhorar essa comunicação e aprimorar. Eu sei que a senhora é uma conselheira antiga, então a senhora conhece a Ângela, né, que vem, então, a me substituir na presidência. Então a senhora pode encaminhar essa lista de assuntos, acho que a senhora deve fazer isso, vai ser bem importante. Pode encaminhar



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – COMAM**

para a Secretaria Executiva, mas também pode encaminhar, se a senhora tem algum contato direto, o e-mail dela também, já fica à disposição. Ela já me autorizou a deixar esse e-mail dela em aberto, porque ela está, de fato, retornando e vai assumir a presidência. **Lisiane Becker (Titular), CRBio-03:** Não, eu só queria acrescentar, que não é tão simples assim, porque essas questões já foram pautadas mais de uma vez no próprio conselho. Então, eu não vejo a necessidade, não deveria haver essa necessidade, já que existem atas e isso fica gravado. Então, não vejo a necessidade de eu ter que fazer, mas, de acordo com o tempo que se passou, eu estou vendo que vou ter que fazer um trabalho que não seria da minha competência, de ficar lembrando tudo que foi solicitado dentro do conselho. Para isso existem as atas, existe secretaria, e a gente é mais sozinho, tem outras, outras demandas que não o conselho e não o órgão. Então, eu vou esperar a Ângela, e creio, então, que meu recado está dado, né? E a questão das câmaras técnicas, eu vou repetir novamente para quem até está nos assistindo, que as câmaras funcionavam antes do regimento interno. Eu mesma participei de uma, dos grupos de trabalho. Então, até o próprio Plano de Mata Atlântica, o Plano Clima, todos eles passaram por câmaras, embora um ainda não esteja concluso, até onde eu fui informada, não passou por aqui ainda a conclusão do Plano Clima, salvo equívoco meu. Então, não é porque houve uma nova eleição, houve uma recomposição, houve que não havia câmaras técnicas. Havia câmaras técnicas e funcionavam, né? A questão é outra, é outra de fundo, que não tem agora por que a gente ficar discutindo, mas não é por falta de regimento interno, as câmaras existiam e funcionaram esse tempo todo, tá? É só para esclarecer a quem está nos assistindo, que parece que o conselho nunca funcionou antes do regimento interno ser reformulado. **Gabriela Martins Brasil (Vice Presidente), SMAMUS:** Obrigada. Obrigada, conselheira, então, também pela sua sempre contribuição. E agora a Secretaria Executiva me passou aqui a chamada, a gente estava com uns probleminhas de instabilidade, alguns conselheiros demoraram um pouquinho para conectar, então agora ela me passou aqui a folhinha e eu vou fazer a chamada, também para ficar gravado na ata as presenças dos senhores. E lembrando que a gente não faz a leitura da suplência, nós fazemos sempre a leitura da entidade e do titular presente. Quando o titular não está presente, o suplente faz as vezes de representante. Então, algumas entidades estão aqui com o corpo completo, mas nós sempre fazemos a leitura da entidade e do seu titular. E já recebi também, pela Secretaria Executiva, as inscrições do Conselheiro Dulphe e da Conselheira Marília, já passamos a



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – COMAM**

156 palavra. Só fazendo a chamada, então, para registrar em ata. [Relação dos presentes na
157 inicial]. Se por algum motivo falei algum nome na troca, falei titular quando era suplente, ou
158 se não citei alguém, também nos sinalizem no chat. Pelas inscrições, então, antes de passar a
159 palavra para o nosso item 3.2, o Senhor Dulphe com a palavra, após a Conselheira Marília
160 Longo, e após encerrado o período, então, de comunicações. Senhor Dulphe, com a palavra, 3
161 minutos. **Dulphe Pinheiro Machado Neto (Titular), SENGE RS:** Boa tarde a todos. Na
162 realidade, eu quero fazer duas considerações. A primeira é acompanhar a Conselheira Lisiane
163 e dizer que estamos de acordo com a consideração dela, acho que é absolutamente pertinente.
164 A segunda é dizer que, do ponto de vista do regimento, a gente já, a gente está encaminhando,
165 mas o regimento não pode servir de desculpa para nada. Eu acho que realmente é importante
166 que se discutam as coisas. E a outra é a pressão que a gente recebe para discutir assuntos e
167 não ouvir palestras. Eu acho que isso é uma coisa importante, tá? Tem uma infinidade de
168 assuntos nos últimos 15 dias em Porto Alegre, teve várias manchetes em relação ao meio
169 ambiente e a gente não discutiu absolutamente nada disso nesses dois meses, então isso
170 preocupa. Fica esse registro. Obrigado. Outra coisinha que eu me esqueci: se a reunião for
171 presencial vai ser muito melhor. **Gabriela Martins Brasil (Vice Presidente), SMAMUS:**
172 Está bem. Existem muitas ideias, né, inclusive essas de fazermos realizações, perdão,
173 fazermos reuniões cada vez mais presenciais. Obrigada, conselheiro. Conselheira Marília,
174 com a palavra. **Marília Longo do Nascimento (Suplente), OAB-RS:** Ok. Bom, boa tarde a
175 todas e a todos. Dois pontos ainda no tema, Gabriela, em relação às colocações da Lisiane e
176 dentro também da pauta já sobre o prazo para a revisão do regimento. Primeiro, agradecer aos
177 colegas pela compreensão, assim, é um trabalho bastante denso. Nós já fizemos uma leitura
178 completa, já estamos num alinhamento do que vai ser feito no âmbito dos trabalhos do
179 regimento. Agora, com o apoio da Ângela, nós temos uma expectativa realmente de ter
180 bastante força de trabalho, porque isso demanda muito trabalho. Então, assim, a expectativa é
181 que sim, tenhamos, né, dentro desse prazo concedido, um documento para debatermos no
182 nosso conselho e aprovarmos o mais breve. Mas, nesse assunto, então, que a Lisiane provocou
183 e, como o Dulphe disse, independente de nós estarmos trabalhando num novo regimento, nós
184 ainda temos um regimento interno vigente, tá? E essa opção que a Lisiane está trazendo, ela
185 precisa ser trabalhada por nós, conselheiros. Nós temos uma prerrogativa, que é trazer temas
186 ao conselho. Então, nós podemos fazê-lo de algumas formas, dentre elas, trazermos numa



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – COMAM**

sessão para que, por maioria, aprovemos a inclusão desse tema na pauta e ele seja incluso para a próxima sessão. Não estou dizendo que esse necessariamente é o modelo que nós vamos adotar daqui para a frente, porque nós estamos também estudando sobre isso, mas hoje, o regimento interno orienta nesse sentido. E eu acho extremamente salutar que a gente exerça essa função, porque depois não adianta lá no final a gente: "Ah, esses assuntos não são tratados". Então, assim, ou, Lisiane, nós aprovamos, vamos dizer, traz o tema e a gente já aprova a inclusão, seja para debate nessa sessão, seja para na próxima, ou depois a gente pode fazer isso até conjuntamente com diversas entidades que têm interesse, a gente enviar isso por e-mail, tá? Então, eu só estou reforçando a importância da gente ainda olhar para o nosso regimento, porque, por enquanto, estamos trabalhando com ele. É isso, obrigada. **Gabriela Martins Brasil (Vice Presidente), SMAMUS:** Obrigada, conselheira. E concordo também, enquanto ainda vice-presidente, concordo em gênero, número e grau com a senhora. Pessoal, vencidos, então, esse primeiro item, essa aprovação da ata, prorrogação do prazo do comitê, eu já quero apresentar, então, a nossa Diretora Camila, que é a diretora da DLMA, ela está aqui conosco. Camila, eu te dei também o *co-host* da reunião, então tu podes auxiliar também nos microfones, porque nós temos um corpo hoje técnico convidado para fazer a apresentação do projeto de mobilidade urbana na Avenida Osvaldo Aranha e as secretarias que nos acompanham é a SMU, Secretaria de Mobilidade, e a SMOI, Secretaria de Obras. Pessoal, eu já agradeço, e desejo a vocês uma ótima apresentação. Sejam bem-vindos ao conselho e vou passar a palavra para vocês. Camila, eu já vi que tu já te desmutou, então, por favor, a palavra está contigo para que tu possa encaminhar essa apresentação que está no nosso item 3.2 de pauta.

4. APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE MOBILIDADE URBANA NA AV. OSVALDO ARANHA PELA SECRETARIA SMMU E SMOI;

Camila Rodrigues, DLMA/SMAMUS: Bom, boa tarde a todos. Vocês me escutam? O meu som está saindo também? Se pudessem me confirmar. Aqui é Camila Rodrigues, da Diretoria de Licenciamento Ambiental da SMAMUS. Vou trazer na pauta, então, um projeto importante para o próprio município. A apresentação, ela vai ser conduzida pelo Marcos Feder. Eu vou pedir, Marcos, que tu faça a abertura da tua câmera e do teu som, para que a gente possa desenvolver ao longo da apresentação o projeto. Obrigada. **Marcos Feder (Técnico), Secretaria de Mobilidade Urbana:** Certo. Boa tarde, inicialmente, Gabriela. Boa



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – COMAM**

tarde, Camila. Boa tarde, demais conselheiros. Eu sou o Marcos Feder, trabalho aqui na Secretaria de Mobilidade Urbana e esse projeto ele já foi desenvolvido há algum tempo. Ele iniciou quando foi feito o projeto do estudo de circulação do Centro Histórico, visando melhorar a circulação no Centro Histórico. E nesse estudo, uma das grandes mudanças que estavam previstas era a revitalização do Cais do Porto e ali na Mauá a gente foi identificado que o fluxo de passagem era muito grande e um dos motivos, então, que se levou a buscar alternativas e se chegou a essa proposta que contribui para diminuir a quantidade de veículos no centro histórico, além de melhorar toda a questão do congestionamento no entorno da Santa Casa. Então, essa foi a premissa inicial do projeto. Eu vou te pedir agora para tu autorizar o João Paulo, que é ele que vai fazer a apresentação, o Engenheiro João Paulo, que trabalha aqui conosco, que acompanhou todo o desenvolvimento do projeto. **João Paulo (Engenheiro), Secretaria de Mobilidade Urbana:** Olá, boa tarde. Como o Marcos já comentou, essa intervenção, na verdade, ela se originou de um estudo que foi contratado em 2021, foi finalizado ali 2022, pós-pandemia, onde a prefeitura, através da, inicialmente através de EPTC, depois Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade, acabou conduzindo a finalização desse estudo, onde foi contratada uma consultoria para traçar um, a gente pode dizer, um diagnóstico da situação na região central. Foram feitas diversas, diversos levantamentos, diversas pesquisas na área central, e como o Marcos comentou, eh, diversas situações foram trazidas para nós pela consultoria, como o diagnóstico e possibilidades de intervenções. Eu vou trazer um pouco do que foi esse estudo, até a gente chegar na parte realmente de projeto. Eu vi que daí os colegas da SMOI estão aí, também vão poder falar um pouco do desenvolvimento do projeto executivo, então eu resolvi não focar tanto na elaboração do projeto e mais do porquê dessa solução. Bom, o que é, então, esse projeto? Ele nada mais é do que um prolongamento do acesso do Túnel da Conceição, do sentido de quem chega em Porto Alegre, em direção à Osvaldo Aranha. O que foi observado nesse estudo, como o Diretor Marcos colocou? Foi que havia, há ainda, porque não foi feita ainda a intervenção, há um número muito elevado de veículos que passam pela área central, mas não necessariamente têm interesse na área central. Então a gente sabe que a Mauá ali é uma continuidade, né, do acesso, para o pessoal que vem da Castelo Branco em direção à Zona Sul, e naturalmente ele vai seguir sendo para as pessoas que têm o interesse em ir para a Zona Sul. Mas a consultoria apontou que tinha muita gente que entrava pela área central e muitas vezes não tem o



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – COMAM**

interesse na Zona Sul, mas para Cidade Baixa, Menino Deus, enfim, e acabavam entrando ali pela, pela Mauá. E isso, naturalmente, esse grande volume de veículos que acessam a Mauá, Sarmento Leite, em conjunto com o complexo da Santa Casa, acaba gerando um transtorno muitíssimo grande para, para a circulação. E isso, obviamente, traz grandes problemas ali, não só operacionais, digamos assim, mas também ambientais, que a gente está falando de grandes congestionamentos, atrasos, risco aumentado de acidentes. Então, esse prolongamento, que ele na prática ele tem em torno de uns 450 metros, ele tem um objetivo de desafogar, liberar alguns desses nós e possibilitar uma alternativa de acesso, de ingresso na cidade, que não seja necessariamente por dentro da área central. Bom, então, como eu comentei, essa solução, ela veio desse estudo de mobilidade. Na ocasião, até para vocês terem uma ideia, depois a gente pode compartilhar também com quem tiver o interesse, foram levantados muitos aspectos, eh, do centro e do seu entorno ali imediato. Então, em todos os modos, né, pedestres, transporte público, automóveis, enfim, bicicletas, condições, eh, físicas também do centro, largura de calçada, condições de calçada, existência de acessibilidade. Então, foi feito um imenso diagnóstico da área central. E, posteriormente a esse diagnóstico, a consultoria nos forneceu um tipo de tabela com ações recomendadas. E essas ações recomendadas para a central continham o nível de dificuldade, o custo estimado e o benefício esperado. E quando a gente recebeu esse, esse diagnóstico e essas ações, a gente observou que essa, esse prolongamento do túnel seria a que traria um dos maiores benefícios para a área central, porque afinal de contas a gente está falando de menos automóveis no centro, e com um custo muitíssimo baixo comparado a outras intervenções. Então, a gente acabou trazendo, digamos assim, para cima da pilha, essa ação. Bom, o que é que acontece? Junto desse cenário de possibilidade de execução, surgiu recurso para elaboração do projeto executivo e junto já com a possibilidade de execução de obra. Então, assim, todas as forças se uniram para mostrar que essa seria uma boa possibilidade de intervenção, tendo em vista o custo e o benefício esperado. Bom, quais são os principais benefícios desse projeto? E primeiro de todos, acabar com aquele entrelaçamento de quem chega na cidade, ali pelo túnel, o entrelaçamento da Sarmento Leite com o pessoal que está chegando na cidade. Então, aquele ali é o ponto talvez mais crítico dessa dinâmica ali daquele entorno, que é muita gente circulando no entorno da Santa Casa, o pessoal vindo pela José Alencastro, especialmente se a gente pega horários de pico de manhã e final de tarde, que é os horários ali de maior movimento ali do Rosário. Então, aquele ali



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – COMAM**

para nós é o ponto mais crítico e só de eliminar aquele semáforo ali já seria um grande ganho em termos de mobilidade. E, claro, quando a gente fala de eliminar aquele semáforo, e mais do que isso, tirar veículos que estão, que utilizariam a Sarmento Leite para e levar eles para esse prolongamento ali do túnel, a gente está dizendo que a gente, naturalmente, vai trazer, a tendência é que a gente traga uma maior fluidez para o entorno da Santa Casa. E também vai auxiliar os horários ali de entrada e saída do Colégio Rosário, porque afinal de contas a gente está eliminando essa, essa, esse esgotamento, né, da capacidade que a gente tem na Sarmento Leite, que a gente observa, eu falo assim em horários de pico de manhã e tarde, mas quem circula pela cidade fora desses horários já viu que hoje em dia, praticamente, a gente eliminou esses picos, né? A gente tem determinados locais, movimento, esgotamento de capacidade ao longo do dia inteiro. Bom, então, esses pontos aqui do mapa, é o mapa atual, de como acontece a circulação ali no entorno, seriam os principais pontos de conflito. Talvez esse ponto aqui, que é o de retorno. Todos vocês conseguem ver o laserzinho na apresentação? Esse ponto aqui talvez seja o menos, o menos ruim, que é o pessoal que está retornando para o túnel, mas esses dois pontos para o transporte público, e esse aqui, especialmente, são os pontos mais sensíveis para a gente, né? Como eu falei, aqui a gente estava olhando exclusivamente os aspectos relacionados à mobilidade urbana, daí a gente traz tudo: circulação, segurança viária, acessibilidade, né? Então, esses seriam os três principais pontos hoje de conflito. A ideia do projeto é exatamente acabar com esses pontos, né? Claro que quando se a gente olhar aqui esses cruzamentos a gente vai seguir tendo, naturalmente, né, conflitos, porque a gente não está fazendo essa transposição em níveis elevados, a níveis elevados. Então, em níveis elevados, e então assim, a gente vai ter uma organização veicular com semáforo, enfim, mas com muito menos veículos, se a gente pensar nas duas aproximações, a organizar, digamos assim, né? Porque a gente consegue, a partir dessa divisão de fluxos, reorganizar todo o sistema semaforico ali daquele cruzamento. Então, a gente vai ter, predominantemente, o pessoal entrando em Porto Alegre, por esse prolongamento. Daí, como eu falei, o interesse na zona leste, na zona norte, prosegue para Osvaldo Aranha, esse sentido aqui da Osvaldo Aranha, ele vai ser todo em direção ao centro. Então, não vai mais ter essa conversão da sarmento à esquerda, né? Então, todo mundo vai se direcionar ali a UFRGS. E a ideia com isso é que a gente consiga reorganizar o trânsito ali naquele entorno, melhorar, especialmente as questões de acessibilidade, e ali a gente



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – COMAM**

reconhece que é um ponto bastante complicado, assim, em determinados locais, assim, para para a travessia, né? Justamente porque tem muito veículo e organizar esses tempos semafóricos, às vezes, acaba eh gerando um um uma demora maior na nas para abrir o tempo de verde das travessias, né? Bom, então, esse é o cenário que a gente tem hoje, né, a os veículos entram pelo túnel por aqui, acaba acontecendo esse entrelaçamento e uma sobrecarga dessa da Sarmento Leite. A ideia, então, é não ter mais esse acesso. Então, inclusive, já conversou, sobre possibilidades também de como aproveitar esse espaço, já que a gente vai reorganizar aquela região ali. Algumas pessoas chegaram até a pedir: "Ah, mas deixa aberto um pedaço, deixa com malas de concreto. Ah, deixa só alguns veículos entrarem"; mas a gente sabe que na prática talvez não vá funcionar assim, porque no momento que a gente deixar aberto, talvez muita gente vai querer fazer aquilo ali, então vai acabar voltando para essa situação de conflito ali que a gente quer eliminar. Então, a tendência bastante forte é que não tenha mais esse acesso. E fazer o prolongamento do túnel e jogar todos os veículos para para para essa nova via que vai passar a existir no prolongamento do túnel. Em relação a termo de capacidade, ela é a mesma do túnel, né? Talvez até mais que ela vai ter cinco faixas na aproximação, ali, ela vai fazer a reorganização, mas a ideia é que ela absorva, de forma, assim, bastante satisfatória esse volume que vai ser direcionado ali, né? Porque a gente está falando, na verdade, praticamente do mesmo fluxo que hoje se direciona para cá, mas eliminando o pessoal que está circulando na Santa Casa. Então, a tendência é que fique mais fácil de reorganizar. E, como eu falei, este trecho aqui todo ele seria direcionado daí para para Sarmento Leite. Aqui se mantém, né? A Sarmento como ela está, e, claro, aqui vai haver uma organização também nesse cruzamento, enfim, mas a ideia é que os fluxos da Sarmento Leite reduzam consideravelmente, porque a gente não vai ter mais esse esse volume acessando a cidade, e a gente vai transferir todo esse volume aqui para baixo, e daí como todo ele vai estar direcionado para para Sarmento, a gente acredita também que vá vá acontecer uma organização bastante razoável. A gente não está eliminando o espaço do transporte público, a gente vai manter o corredor central, então, não vai ter nenhum impacto, eh, para o transporte público, né? A gente observou, fez os levantamentos das linhas que circulam na região e, pelo menos nesse momento, não vai ser necessário nenhum desvio, né? Que a gente vai reorganizar, também tem, digamos assim, o complemento do projeto, que se vocês olharem, assim, essa parte que está de azul, já não faz mais parte do projeto, e o limite dele é aqui.



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – COMAM**

Então, vai ter duas, esse complemento, em relação à interface com o projeto, vai ser feito pela prefeitura, então a gente vai fazer alguma reorganização ali também para melhorar ainda mais a eficiência desse projeto. E aqui, como eu falei, a ideia hoje seria colocar, implantar a ciclovia integrada com a ciclovia existente na Paulo Gama, e junto com outros projetos, a gente possibilitar uma extensão maior da nossa malha cicloviária, que a gente sabe que é um aspecto bastante importante quando a gente fala em redução de emissões, dar a alternativa do transporte, da mobilidade por modos ativos, não poluentes, né? Bom, então já deixando também o gancho para a Secretaria de Obras, então, esse projeto executivo e, consequentemente, a obra foi conduzida pela Secretaria de Obras, né? O valor orçado inicialmente está pouco mais ali de 2.600 milhões, se a gente pegar o tempo de obra previsto, em torno de 12 meses, eles podem me confirmar aí se vai acontecer mesmo, mas eu acredito que a que a contratação ocorra ainda em 2026 e, talvez o mais importante desse de tudo isso é que também eles vão poder afirmar, confirmar, eh, se vai ser feita ou não, a contratação integrada, que ela permite, né, que sejam feitos ajustes de projeto. E isso é bastante importante para nós, porque ao longo do andamento mesmo, do desenvolvimento do projeto, ou até no pré-obra, pode ser que surjam questões que a gente reveja a necessidade de fazer uma coisa ou outra, e a gente consiga fazer pequenas adequações, né? Bom, então, do que tinha na minha parte é isso, agradeço a participação, o convite, a possibilidade de falar um pouco sobre como foi concebido esse projeto, e fico à disposição aí para o que precisarem em relação à mobilidade urbana. **Gabriela Martins Brasil (Vice Presidente), SMAMUS:** Muito obrigada, João. Vou só te pedir para descompartilhar a tela. Perfeito. Muito obrigada. Então, muito obrigada, João Paulo, pela tua apresentação. Eu de imediato passo a palavra para a Camila, e nós aqui, enquanto Secretaria Executiva, também estamos anotando as inscrições. Não sei se a Camila quer fazer uma fala ou já passamos direto, Camila, para as inscrições? **Camila Rodrigues, DLMA/SMAMUS:** Obrigada, João Paulo. Obrigada, Marcos, pela fala. Eu acho, ficou bem esclarecido assim o objetivo do projeto, né? E vamos abrir as inscrições para fins de entendimento dos demais conselheiros e contribuições. **Gabriela Martins Brasil (Vice Presidente), SMAMUS:** Então, está bem. Eu vou fazer assim, nós temos duas inscrições por enquanto, passo a palavra para as duas conselheiras e depois tu já ficas à vontade, Camila, ou para responder ou para passar os microfones do Marcos e do João, pode ser assim? Então, está bem. Então, primeiro inscrita, Conselheira Lisiane, com a palavra. Fique à vontade. **Lisiane**



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – COMAM**

Becker (Titular), CRBio-03: Eu tenho algumas questões de fundo. Eu tinha questionado ali no chat sobre as intervenções, na questão ambiental, que esse é o nosso foco. A primeira já me responderam, nós temos intervenções que seriam positivas. E aqui eu queria destacar que não é indireto, esses benefícios foram colocados ali, não são benefícios indiretos, porque poluição é o que está mais matando no mundo, principalmente aqui no Brasil. São Paulo, Porto Alegre estão entre as capitais onde a saúde é bastante afetada, levando a vários óbitos em relação à poluição atmosférica, que nós temos frequentando áreas como o Centro onde há muita emissão de gases veiculares. Mas me preocupa também a questão das árvores, porque a gente vê ali que tem aquele centro, vai passar exatamente em cima de árvores já adultas, com sombreamento e tanto é que se fala em compensação, de colocar mais outras vegetações, prioritariamente nativas. É uma compensação, é obrigatória, né? Tem que ser nativa, não vai plantar exótica, né? Mas eu fiquei preocupada com essa supressão de vegetação, principalmente onde tem esse prolongamento, uma vez que, primeiro, vão ser suprimidas árvores adultas, já consolidadas, que até onde se sabe não tem nenhum problema fitossanitário. Mas, também, frente à previsão de que nós teremos eventos climáticos extremos agora para o final do ano, já projetados por entidades internacionais, de observatórios, então, nós já sofremos naquele mesmo ponto, problemas de acesso à capital, e só temos dois acessos, é ali pela FIERGS, quem vem pela FIERGS, acesso ali pela Assis Brasil, ou pelo Centro. E nós temos um prolongamento que seja no nível do solo, eu não acho interessante, porque nós vamos ter o mesmo problema da última enchente, que nós tivemos que detonar com uma passarela para poder fazer, a passarela onde as pessoas poderiam passar, se estivesse seco dos lados, dos dois lados, mas tiveram que detonar a passarela para fazer um trecho mais elevado. Então, o meu questionamento é: por que vão tirar aquelas árvores que estão ali frente a isso que eu expus, né? Se vai ser uma passarela, se vai ser elevado, se vai ser no nível do solo, creio que sim, porque se vão tirar a árvore, deve permitir tirar, não sei, não ficou claro na imagem. Então, são meus questionamentos e apontamentos em relação à questão ambiental. Ela tem essa parte positiva, realmente, a redução de ruídos, que ela não é um impacto indireto, ela é direto, né? E também o dos poluentes atmosféricos, também não é um impacto indireto, é direto. Só que a gente não enxerga, mas os hospitais estão cheios de prontuários mostrando isso e as estatísticas não negam. Então, realmente, eu fico preocupada com essas obras, que simplesmente compensam árvores menores, que elas não vêm adultas, e



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – COMAM**

normalmente elas não são apropriadas para a fauna que vem ali das margens, do lado, ali do arquipélago, que também utilizam tanto os telhados, as margens do Guaíba, e vão se deparar com uma vegetação que pode ser apropriada ou não. Porque nós precisamos também ver que tipo de fauna vai frequentar essas árvores, se nós queremos determinados tipos de aves ali. Então, isso tem que ser levado em consideração na hora de plantar, não é só plantar, se é prioridade nativa, essas nativas aí, elas têm que ter um propósito de que tipo de fauna nós vamos estar propiciando a presença. Que ela pode, sim, ser impactada, né, com acidentes, e pode também causar acidentes. Então, essa é a questão ambiental que eu acho que importa para nós nesse momento. **Gabriela Martins Brasil (Vice-Presidente), SMAMUS:** Obrigada, Conselheira Lisiane. Certamente o pessoal já tomou nota dos seus questionamentos. Eu vou passar a palavra para a Conselheira Marília e aí depois, então, conforme a gente combinou, a Camila já direciona, então, para quem vai responder. Conselheira, com a palavra. **Marília Longo do Nascimento (Suplente), OAB-RS:** Obrigada. Bom, parabênz e agradeço a apresentação do projeto. O meu questionamento, quando eu fiz a solicitação, em parte foi respondido pelo colega, então, que fez a apresentação, mas era o tema relacionado a ciclovias e me pareceu, e aí talvez depois pedi que a Camila direcione e talvez responda de forma mais precisa, me pareceu que há uma intenção de conexão da ciclovia da Paulo Gama para essa região, que a gente sabe que é necessária. É uma região em que não temos depois prolongamento da ciclovia ali que vai até mais ou menos o Rosário e depois em direção à Sarmento. A gente tem nos dois fluxos essa necessidade, reforçando o que já foi dito, mas só para reforçar, que este também é um tema relacionado à poluição. Então, que a gente deve necessariamente incluir cada vez mais as ciclovias na nossa cidade como uma alternativa não poluente e também relacionada a aspectos de saúde. E por fim, eu gostaria de destacar que essa obra, que pese tenha passado já pela SMAMUS, e imaginamos que isso tenha ocorrido, mas é necessário que ela esteja conectada ao plano de ação climática da cidade de Porto Alegre, que envolve tanto aspectos de mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, mas também alternativas para o enfrentamento das questões climáticas. Então eu quero fazer essas observações de forma a poder contribuir com o projeto que foi apresentado. Obrigada. **Gabriela Martins Brasil (Vice-Presidente), SMAMUS:** Camila, tudo contigo. **Camila Rodrigues, DLMA/SMAMUS:** Oi, boa tarde. Bom, primeiro respondendo, então, as dúvidas da Conselheira Lisiane em relação à preocupação à frente, a possibilidade ali de manejo de



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – COMAM**

alguma vegetação, os vegetais que estão compatibilizados com o projeto. É importante que todo o planejamento, toda obra pública, ela é avaliada aqui, tanto no âmbito do licenciamento, que vai futuramente avaliar e licenciar a autorização de possíveis manejos, quanto pela diretoria de áreas verdes, como essa área de intervenção faz parte dessa diretoria. Já é feita toda uma análise das intervenções, desses vegetais, é feito um planejamento em relação à compensação. Então, existe ali a possibilidade de 14 vegetais que podem vir a ser impactados pela obra e já tem-se uma compensação para plantio de determinadas espécies escolhidas por essa equipe técnica aqui, que são engenheiros agrônomos, biólogos dentro da secretaria, que fazem todo esse planejamento do local mais adequado para esse plantio. Mas a gente acolhe a sugestão da Lisiane ali e os apontamentos dela para avaliar aqui, e para isso que a gente tem também o projeto levado para acolher informações em relação a esse ponto. E eu vou passar a palavra para o João, que eu acho que para responder, complementando esse ponto em função dessa intervenção e respondendo a dúvida da Conselheira Marília também. **João Paulo (Engenheiro), Secretaria de Mobilidade Urbana:** Bom, primeiro, então, em relação à colocação da Conselheira Lisiane, acho que em relação à mobilidade, ela falou da solução de engenharia, porque não elevada, dado que ali foi um ponto que a gente reconhece que em nível aconteceria a mesma coisa hoje. Do ponto de vista de engenharia, tudo é possível, só que fazer elevado, primeiro, a intervenção seria muitíssimo maior, porque ela iria muito mais longe, porque a gente tá falando de uma declividade mínima necessária para essas rampas para que a gente conseguisse passar ela por cima da Osvaldo Aranha. Então, talvez não fosse, a gente não tem espaço suficiente ali para fazer essa solução elevada. Fazendo no mesmo formato que foi feito o caminho humanitário, pelos motivos óbvios, é inviável, porque a gente não ia fazer um muro ali na Osvaldo Aranha. E, alinhado a isso, também, a gente espera, a gente não tem eventos desse porte e o DMAE tem trabalhado também muito fortemente para melhorar o nosso sistema de contenção e a gente não vê de novo o que a gente viu naquela ocasião. Mas, especificamente e sendo objetivo, viável é. O problema é o tamanho da intervenção e o custo associado a uma obra desse porte, é muito alto. Então, perto do que foi feito ali, que é basicamente terraplenagem e pavimentação e sinalização, depois de finalizar, é incomparável. O que a gente tá falando ali de 2 milhões e pouco, talvez 20 milhões não desse para fazer. E sobre a colocação da conselheira Marília, quando eu falo de intenção, ela vai estar conectada à ciclovia da Paulo Gama. Quando eu falo ali de intenção de uma malha



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – COMAM**

maior, é que a gente sabe que a Paulo Gama, ali, ela está conectada na Redenção, mas a Redenção, de fato, não tem, por mais que a gente defenda que os parques são lugares abertos e muito propícios à circulação de bicicletas. Quando a gente fala a bicicleta como meio de transporte, equipamento de mobilidade, as pessoas não entendem que o parque seja propício para isso, porque sempre vai ter aquele conflito: pedestres, pessoas andando de bicicleta para passear. Então, quando a gente fala de ciclovia, é como se a gente estivesse falando: “Olha, eu tô abrindo uma rua para o automóvel, eu tô fazendo uma faixa exclusiva para o carro”. Eu tô fazendo uma intervenção direcionada para esse modo, meio de transporte. Então, por isso que eu falei de uma intenção maior, que a gente, todos sabem que a gente tem um plano diretor ciclovitário. Então, a nossa intenção é, realmente, que Porto Alegre, um dia, seja uma referência como cidade que as pessoas andam muito de bicicleta. Só que a gente sabe que tem diversas barreiras sociais, inclusive, para a gente avançar, e sempre que a gente consegue transpor uma barreira econômica, enfim, barreira executiva e viabilizar um trecho ciclovitário, por menor que seja, desde que ele esteja conectado, e esse vai estar na Paulo Gama. Eu acabei não mostrando o projeto todo, mas ele tá conectado com a Paulo Gama. Para nós é bastante válido e a gente, enquanto Secretaria de Mobilidade Urbana, que eu trouxe, que a gente enxerga isso, esse projeto como um benefício maior para a área central. Que a gente também, a gente poderia falar de todos os projetos que a gente tá acompanhando aí, mas existem outros projetos para a área central que com essa redução do tráfego de automóveis, vai também possibilitar uma circulação maior pelos modos ativos: pedestres, bicicletas. Então, por isso que quando eu falei de benefícios indiretos, é que esse projeto, ele não tá sendo feito diretamente para isso. Então, é um benefício que vai vir, a redução de poluição, redução de acidentes, enfim, disso vai vir indiretamente com o projeto, ou seja, não era o objetivo fazer isso. Mas, basicamente, a gente entende que essas intervenções, elas estão sim alinhadas com planos maiores, até globais de alteração da matriz de deslocamentos que a gente tem hoje em Porto Alegre. Então, a gente tem outros projetos na secretaria também em andamento e já feitos, inclusive, que a gente acredita que esse é mais uma etapa. Ele sozinho talvez não tivesse todo esse benefício, mas quando a gente incorpora tudo o que vai ser trazido a partir dessa intervenção, a gente acredita que vai ser bastante bom para a cidade. **Gabriela Martins Brasil (Vice-Presidente), SMAMUS:** Obrigada, João Paulo. Na medida, deixa eu dar uma olhadinha aqui no chat. Se ainda der tempo, tem uma pergunta, sim. Conselheiro Dulphe



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – COMAM**

também pede para fazer contribuições. Só um segundo. Conselheiro, com a palavra. **Dulphe Pinheiro Machado Neto (Titular), SENGE RS:** Primeiro lugar, cumprimentar os engenheiros aí, muito boa. A nossa questão com relação às palestras, elas não têm, é muito mais um caráter de discutir as coisas mesmo e não em relação às palestras. Muito bom, muito esclarecedoras. Mas agora eu vou falar uma questão que é viária também, que preocupa, também ambiental, e que já foi me perguntado várias vezes e eu não sabia responder. Por que aqueles, já que vocês falaram em Osvaldo Aranha, aqueles bretes que têm na Osvaldo Aranha e que foi retirado na Ramiro Barcelos, ali esquina com a Ramiro e Osvaldo, Protásio, Osvaldo, não sei como é que é ali, mas foi retirado. Mas os outros bretes continuam. As pessoas têm que fazer aquela volta para atravessar a Osvaldo Aranha ali. Isso é uma coisa que eu gostaria de ter uma explicação rápida aí. Obrigado, desculpa aí. **Gabriela Martins Brasil (Vice-Presidente), SMAMUS:** Pode ficar à vontade, João, para responder. **João Paulo (Engenheiro), Secretaria de Mobilidade Urbana:** O brete, eu acho, são os gradis metálicos aqueles que tem ali. Acho que é, mas o que acontece, assim, o pedestre, naturalmente, ele busca sempre o menor esforço. É natural, ele quer fazer o menor caminho, então por onde ele está indo, ele quer atravessar. Então, se ele tá vindo pela Ramiro, ele quer chegar na outra ponta ali da, cruzando a Osvaldo, Protásio ali, ele quer passar em linha reta. Só que nem sempre o local que é o mais confortável para o pedestre atravessar é o mais seguro. E isso por diversas razões. Às vezes tem algum problema de visibilidade, é um ponto que é muito próximo de uma conversão e a gente sabe que um automóvel não vai ter tempo de visualizar o pedestre e parar. Então, normalmente, em alguns locais, o que a gente faz? A gente faz uma, o que a gente chama de defasagem. A gente desloca um pouco o ponto que seria o normal, digamos assim, para o pedestre ir caminhando em linha reta e faz uma pequena defasagem. Se a gente não bota o gradil ali, a tendência do pedestre é se arriscar. Então, aquilo ali é exatamente isso, é um brete para condicionar o pedestre a utilizar a travessia, porque a travessia, ela está colocada num ponto onde a gente sabe que é o ponto mais seguro para a travessia. Só que às vezes é isso, a gente sabe, é humano isso, não é o problema do pedestre, porque quando o pedestre tá no automóvel, ele faz coisas arriscadas também, quando ele tá de bicicleta, ele faz coisas arriscadas. Então, não é por ele ser pedestre, é porque ele é humano, e o humano busca isso, é o menor esforço, o que é mais prático. Só que às vezes o mais prático é o mais inseguro e a gente tenta dizer indiretamente para ele: “Olha, não se arrisque, não faça



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – COMAM**

isso”. Então, não é para pular, não é para desviar do gradil, é para realmente caminhar até a travessia e utilizar a travessia, que é onde a gente sabe que é o ponto mais seguro. E daí, por essas razões que eu falei, a grande maioria das vezes é pela questão de segurança mesmo. Algumas vezes são por situações operacionais, onde o pessoal da equipe semafórica, eles também observam, tipo: “Olha, é melhor colocar com uma pequena defasagem porque a gente consegue aumentar o tempo do pedestre sem necessariamente aumentar, prolongando de forma muito significativa o tempo do automóvel”. Que isso também, daí a gente fala: “Ah, mas estão priorizando o automóvel em detrimento do pedestre”. Não, a gente tá falando, de novo, veículos congestionados é mais ruído, mais poluição, mais congestionamento, mais atraso. Então, assim, é uma equação com muitíssimas variáveis e acreditem que a gente sempre tenta dar o mesmo peso para todos. Mas a gente dá esse peso de colocar a travessia no ponto mais seguro e botar o gradil, mas o pedestre às vezes quer atravessar onde ele acredita que seria o melhor. **Gabriela Martins Brasil (Vice-Presidente), SMAMUS:** É verdade. Obrigada, João Paulo, então, mais uma vez. Conselheiros, ainda dá tempo, utilizando a frase do Conselheiro Dulphe, mais alguém quer tirar uma dúvida, fazer uma contribuição, aproveitando a presença, então, dos nossos convidados? Camila, alguma colocação? **Camila Rodrigues, DLMA/SMAMUS:** Não, acho que foi bem proveitosa a apresentação, bem clara assim para apresentar o objetivo, tá bem colocado. **Gabriela Martins Brasil (Vice-Presidente), SMAMUS:** Bom, então, sendo assim, pessoal, como sempre, eu sempre gosto de dizer em todas as reuniões, nós estamos sempre à disposição. Então, se alguém daqui a pouco for reassistir a apresentação no YouTube, que tá lá gravada, não vai sair do ar, se alguém quiser, por favor, nos acessem, que vocês sabem onde nos encontrar. O nosso, e aí agradeço então a presença, mais uma vez, na pessoa do João Paulo, na pessoa do Marcos Feder. Obrigada, pessoal, por terem vindo. E o nosso último ponto de pauta seria na parte dos assuntos gerais, é só uma informação que a Bárbara pediu para eu repassar para vocês, que é sobre os calendários e reuniões, convocações e sessões. No nosso regimento interno atual, consta que todas as sessões do COMAM acontecem na última quinta-feira do mês e, por um equívoco nosso aqui, o calendário acabou indo para o site na antepenúltima quinta-feira do mês. Então, só para deixar isso mais claro, a gente está consertando ali, vai arrumar ali o calendário e aí deixar dito: as reuniões do COMAM é sempre na última quinta-feira do mês e a convocação é sempre uma semana antes da reunião. Então, a convocação é na antepenúltima



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – COMAM**

559 quinta. Tá, pessoal? Então, a convocação vai para os senhores e sempre uma semana depois é
560 a sessão do COMAM, que certamente vai ser a última quinta daquele mês. Conselheira
561 Lisiane nos informa aqui que tem um convite para nos fazer. Já lhe dou a palavra, conselheira,
562 um segundo. **Lisiane Becker (Titular), CRBio-03:** Ficou em cima do laço, mas amanhã de
563 manhã tem o 15º evento do TRF4, onde vai ter uma abordagem regional, estadual e federal
564 com exemplos de trabalho e de atuação em questões climáticas. Vou estar participando na
565 questão regional com o nosso programa de planos municipais e regional de conservação e
566 recuperação da Mata Atlântica no âmbito da Bacia do Rio Caí, que é inédito no país. Nós
567 terminamos a primeira fase. Então, amanhã às 9 horas, depois eu posso passar para a Gabriela
568 o link. Vai ser *online*. Fica o convite, começa às 9 horas da manhã, bem cedinho. Quem quiser
569 participar, porque acho interessante, pois vai ter relatos. Dura 20 e poucos minutos cada
570 relato, serão três, e depois aberto para discussões. Então, acho que vai ser um evento bem rico
571 que a gente pode se apropriar de algumas ideias interessantes que estão acontecendo no país,
572 principalmente na região Sul, que é o TRF4. Obrigada. **Gabriela Martins Brasil (Vice
573 Presidente), SMAMUS:** Com certeza, conselheira. Pode encaminhar que eu já disponibilizo
574 no nosso grupo de membros do COMAM e também para alguns outros contatos internos aqui
575 da secretaria. Certamente é um evento sempre muito agregador e é sempre bom a gente estar
576 aberto a aprender sempre e escutar os nossos pares dentro da nossa matéria falando de um
577 assunto tão relevante. Encaminho, então, a reunião para o encerramento, sem deixar de
578 agradecer esse tempo que eu fiquei aqui na vice-presidência. Muito provavelmente, na
579 próxima sessão, já vai ser a Ângela que vai acompanhá-los. De verdade, foi um período muito
580 agregador para mim. Eu aprendi muito. Quero deixar um beijo no coração de cada um e dizer
581 que foi um prazer a convivência. Nem sempre a gente acerta, nem sempre nós agradamos,
582 mas tenham a mais absoluta certeza de que, eu como pessoa, fiz o meu máximo para que a
583 gente conseguisse disseminar as informações internas aqui, enfrentar os desafios. Dentro da
584 minha gestão, a gente enfrentou a enchente, foi nessa minha gestão. Não foi fácil, todos vocês
585 sabem disso. Mas fica aqui o meu agradecimento e a certeza de que eu aprendi muito. Estou
586 saindo desse trabalho mais inteligente, digamos assim, mais conhecedora dessa matéria tão
587 importante para a cidade. Um beijão para vocês. Nos vemos por aí, agradeço o convívio de
588 hoje e até a próxima sessão do COMAM. Abraço.



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – COMAM**

589 *Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião do Conselho Municipal de Meio Ambiente, às*
590 *15h30min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa, sob o Registro nº 225257/2003 –*
591 *FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.*